

Uma solução global para a dívida dos países pobres-1

eterna 29 ABR 1984

J.P. DE ALMEIDA MAGALHÃES

Especial para a "Folha"

1 — Mais cedo ou mais tarde os países credores terão de aceitar o fato de que a dívida externa dos subdesenvolvidos não tem qualquer possibilidade de ser paga nos termos em que se acha colocada. Nem há, além disso, interesse nesse reembolso porque o dinheiro devolvido deveria ser novamente aplicado, ressurgindo assim o problema da reciclagem dos petrodólares. Quando tais fatos forem finalmente conscientizados pelos principais interessados haverá que definir uma nova estratégia global e de longo prazo para as relações entre o Primeiro e o Terceiro Mundos. Algumas propostas já foram feitas, tanto no Brasil como no Exterior. Nas linhas abaixo procuraremos integrar o que nos parece ser a melhor das sugestões sobre o assunto.

Observe-se, antes de mais nada, que o problema do endividamento mundial está longe de ter alcançado dimensões capazes de colocá-lo fora de controle. Sem dúvida os cerca de 800 bilhões de dólares da dívida dos países menos desenvolvidos superam em duas vezes os 400 bilhões (em dólares atuais) doados pelos Estados Unidos aos países vitimados pela Segunda Guerra Mundial. Sucede, no entanto, que não só o Produto Interno Bruto americano é hoje mais de duas vezes superior ao de quatro décadas atrás, como a estratégia abaixo proposta será levada adiante por todos os países credores ou, na prática, pelo conjunto do mundo desenvolvido. Isto é, não haveria problemas incontornáveis mesmo que o objetivo fosse uma doação pura e simples, como no caso do Plano Marshall. Não é, contudo, isso que se propõe. A idéia é proporcionar aos devedores condições para viabilizarem financeiramente uma dívida externa da dimensão da atual. Para tanto eles deverão ser capazes de atender-lhes ao serviço (pagamento de juros e amortização), sem sacrifício insuportável dos seus padrões de consumo, com preservação das poupanças necessárias ao desenvolvimento nacional e sem renúncia a parcela excessiva das suas receitas em moeda estrangeira.

Para melhor precisar o que deve ser feito convém recordar o mecanismo de desenvolvimento com endividamento, adotado no passado recente pelos atuais países devedores, e as razões do seu fracasso.

2 — Diante da drástica elevação dos



preços do petróleo, em 1974, duas alternativas se apresentavam aos seus consumidores. Aceitar uma recessão, como forma de reduzir importações e gerar as divisas necessárias à aquisição do produto, ou tomar emprestados petrodólares que, pela sua abundância, estavam extremamente baratos no mercado internacional. Os países desenvolvidos, com suas populações em lento crescimento, altos padrões de vida e esquemas de segurança de desemprego, optaram pela primeira solução. Os subdesenvolvidos, com baixos níveis de vida, a braços com uma explosão demográfica e financeiramente incapazes de criar um seguro de desemprego, preferiram a segunda.

O modelo implícito na opção destes era simples e economicamente lógico. Ao mesmo tempo que se endividavam externamente faziam um esforço de substituição de importações (Proálcool, prospecção petrolífera etc., no caso do Brasil) e de aumento de exportações. Com isso gerariam, dentro de algum tempo, as divisas necessárias para pagar a

dívida, ou melhor, para administrá-la sem sacrifícios insuportáveis.

Dois fatos inviabilizaram essa estratégia. Em primeiro lugar, o esquema de substituição de importações e alargamento de exportações não funcionou com o necessário vigor. Em segundo lugar, eventos de estrita responsabilidade dos países desenvolvidos, como a elevação da taxa de juros, o fechamento de mercados internacionais e a deterioração no preço dos produtos primários, reduziram drasticamente a capacidade pagadora dos devedores. Compondo e agravando drasticamente esse quadro ocorreu o colapso do sistema financeiro internacional em setembro de 1982, que inviabilizou em caráter definitivo, o modelo de desenvolvimento com endividamento externo.

3 — Diante desse novo panorama, os países credores não podem deixar de reconhecer que se acham diante das seguintes alternativas: aceitar que a dívida jamais será paga (ou "administrada" no sentido de adequado atendimento ao seu serviço), ou criar condições para que seja levado a bom

termo o modelo de desenvolvimento com endividamento externo. Aceita a segunda hipótese as providências a serem adotadas defluem naturalmente do conhecimento das causas do impasse atual do modelo.

De parte dos países credores é indispensável que aceitem uma taxa real de juros de nível suportável (observe-se que o juro médio real pago pelos títulos da dívida pública do Governo americano ficaram, nas últimas três décadas, abaixo de 2% a.a.), concordem com prazos de carência para juros e amortização suficientes para que os países devedores se ajustem à nova situação (o período mínimo a ser considerado é de cinco anos) e, finalmente, abram seus mercados à exportação dos devedores ou, pelo menos, se abstenham de manobras protecionistas do tipo de que vêm lançando mão ultimamente.

(continua no próximo domingo)

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES é professor titular de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de "Controvérsia Brasileira Sobre o Desenvolvimento Econômico".